
Nota conjunta – operação “Invisíveis”

Hoje, dia 02 de julho de 2025, a Polícia Civil e o Ministério Público de Minas Gerais cumpriram ordem judicial de busca e apreensão em dez endereços na cidade de Pouso Alegre, sul do Estado.

As investigações realizadas pela PCMG – ainda em segredo de justiça – revelaram indícios da prática reiterada de crimes relacionados a um processo de “limpeza social” da população em situação de rua¹ por parte de agentes públicos do Município de Pouso Alegre ao longo de 2024, pelo menos entre os meses de junho e setembro.

São investigados agentes públicos municipais, um agente público estadual, além de particulares que promoviam, conforme as apurações até o momento feitas, a retirada à força de pessoas das ruas do centro da cidade, muitas vezes mediante uso de arma de fogo, ameaças de morte e violência física. Tais pessoas eram deixadas, contra suas vontades, em municípios da região.

Sem prejuízo, as investigações apontam a existência de indícios da prática de corrupção passiva por agentes públicos responsáveis pela fiscalização do cumprimento de penas alternativas (“serviço comunitário”).

A PCMG e o MPMG reafirmam seu compromisso com a Constituição Federal, sendo imprescindível a completa apuração dos fatos.

¹ A população em situação de rua é definida como o “(...) grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular”. (Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf>, acesso em 18.06.2026).